

**Olá, pessoal! Eis aqui a última das quatro aulas sobre Lei 8.666/93 para o concurso da Câmara. Selecionei algumas questões da FCC pertinentes ao assunto. Bons estudos e boa sorte no concurso!**

Técnico da Câmara 2007 – Lei 8.666/93 – Parte 4

EXERCÍCIOS:

1) (Analista BACEN 2006) A Administração Pública Federal pretende contratar dupla sertaneja consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública, através do empresário exclusivo desta, para cantar o Hino Nacional Brasileiro na festa de comemoração da independência do Brasil em Brasília. Considerando as normas estabelecidas na legislação pertinente à licitação, tal contratação:

- (A) não depende de licitação, por tratar-se de hipótese de dispensa.
- (B) depende de licitação, na modalidade concorrência.
- (C) não depende de licitação, por tratar-se de hipótese de inexigibilidade.
- (D) depende de licitação, na modalidade tomada de preço.
- (E) depende de licitação, na modalidade convite.

2) (Analista CVM 2003) A concorrência é modalidade de licitação voltada para contratos:

- (A) de valor médio, definidos em lei, sendo facultada a participação de interessados já cadastrados.
- (B) vultosos em termos econômicos, definidos em lei.
- (C) vultosos em termos econômicos, definidos em lei, e válido com a convocação de cinco interessados no mínimo, desde que os interessados já estejam cadastrados.
- (D) vultosos em termos econômicos, definidos em lei, e válido com a convocação de cinco interessados apenas.
- (E) a valores menores, definidos em lei, e válido com a convocação de três interessados no mínimo.

3) (Analista TRT 5.<sup>a</sup> Região 2003) NÃO pode ensejar a dispensa de licitação:

- (A) a intervenção da União no domínio econômico.
- (B) a possibilidade de comprometimento da segurança nacional.
- (C) o pequeno valor de seu objeto.
- (D) a impossibilidade absoluta de competição.
- (E) a ocorrência de calamidades públicas.

4) (Analista TRT 19.<sup>a</sup> Região 2003) Se, no curso de um processo licitatório, todos os participantes forem desclassificados, caberá ao poder licitante:

- (A) reconhecer a inexigibilidade da licitação.
- (B) declarar a licitação deserta, o que permitirá a contratação direta por dispensa de licitação.
- (C) assinalar prazo para a entrega de novas propostas, que corrijam os vícios anteriormente constatados.
- (D) anular a licitação, devendo repetir o procedimento desde o início.
- (E) contratar diretamente qualquer um dos particulares que participaram do procedimento, à sua livre escolha.

5) (Analista TRT 20.<sup>a</sup> 2006) No que tange às modalidades de licitação, a concorrência é obrigatória, entre outros, para a:

- (A) concessão de direito real de uso.
- (B) venda de bens móveis inservíveis.
- (C) alienação de produtos legalmente apreendidos.
- (D) escolha de trabalho técnico, científico ou artístico.
- (E) contratação de obras e serviços de engenharia de qualquer valor.

6) (Analista TRT 23.<sup>a</sup> 2004 – Adaptada) Em matéria de modalidades de licitações, a Administração, quando couber:

- (A) tomada de preços, destinada à contratação de fornecimento de bens comuns, poderá utilizar o convite.
- (B) convite, tendo como objeto a prestação de serviços, poderá utilizar a concorrência.
- (C) concorrência, para a prestação de serviços contínuos, poderá valer-se da tomada de preços, sendo vedada a carta convite.
- (D) convite, para a escolha de trabalho artístico, será válido utilizar o leilão.
- (E) leilão, para a contratação de serviço de natureza singular, será legítima a licitação realizada mediante concurso.

7) (Analista TRE CE 2002) A União Federal pretende realizar licitações para a contratação de uma obra no valor de R\$ 180.000,00 e uma compra no valor de R\$ 700.000,00. Tais licitações, segundo as regras gerais da Lei no 8.666/93, poderão ocorrer, respectivamente, nas modalidades:

- (A) tomada de preços e tomada de preços.
- (B) concorrência e concorrência.

- (C) tomada de preços e convite.
- (D) convite e tomada de preços.
- (E) convite e concorrência.

8) (Analista TRE CE 2002) Considerado o regime da Lei no 8.666/93, NÃO está configurada hipótese de dispensa de licitação em:

- (A) havendo necessidade de a União intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (B) um caso de compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- (C) um caso havido durante guerra ou grave perturbação da ordem.
- (D) uma situação em que não acudiram interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.
- (E) uma situação em que houver inviabilidade de competição.

9) (Analista TRE RN 2005) Nos termos da Lei nº 8.666/93, considera-se inexigível a licitação para a contratação de serviço:

- (A) na hipótese de licitação deserta e não sendo possível novo certame sem prejuízo para a Administração.
- (B) de publicidade e divulgação.
- (C) de impressão de diário oficial.
- (D) de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada.
- (E) de engenharia no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

10) (Analista TRT 19.<sup>a</sup> 2003) A concorrência distingue-se da tomada de preços pelo fato de:

- (A) dispensar a publicação de editais, podendo a convocação ser efetuada por meio de instrumentos informais.
- (B) poder ser aplicável em qualquer caso, independentemente do valor envolvido.
- (C) exigir condições mínimas para habilitação dos potenciais participantes.
- (D) ser considerado vencedor aquele participante que oferecer a proposta de melhor preço ou melhor técnica, conforme o critério de julgamento.
- (E) ser obrigatória para a alienação de bens públicos, móveis e imóveis.

11) (Analista TRT 19.<sup>a</sup> 2003) NÃO é hipótese de dispensa de licitação a

- (A) contratação de prestação de serviços por sociedade de economia mista, com uma de suas subsidiárias.
- (B) exclusividade do fornecimento dos produtos objeto de licitação.
- (C) locação de imóvel para instalação de escola pública, em localização privilegiada.
- (D) compra de bens em caso de guerra ou calamidade pública.
- (E) intervenção no domínio econômico pela União Federal, para normalização do abastecimento.

12) (Analista TRT 24.<sup>a</sup> 2003) A Administração Pública expediu cartas-convite para três interessados do ramo pertinente ao objeto da licitação. Um quarto cadastrado, na mesma especialidade, manifestou interesse a 48 horas da data da apresentação das propostas. Nesse caso:

- (A) tão-só os três primeiros cadastrados poderão participar, porque esse é o limite máximo de participantes nessa modalidade de licitação.
- (B) o quarto interessado só poderá participar de futura licitação, em face da perda do prazo legal.
- (C) o quarto interessado poderá participar da licitação, em razão do interesse público em aumentar o rol dos licitantes.
- (D) a proposta do quarto interessado só poderá ser aceita em caso de desistência de um dos três anteriores.
- (E) para evitar ofensa ao direito adquirido, a proposta do quarto interessado só será aberta se houver concordância dos outros licitantes.

13) (Analista TRT 24.<sup>a</sup> 2003) Em se tratando de licitação, a lei considera dispensável o certame em certos casos. Nesses casos:

- (A) embora haja possibilidade de competição, a lei defere a realização da licitação à discricionariedade do administrador.
- (B) não há possibilidade de competição, assim como ocorre na licitação inexigível, sem embargo de terem diversos outros traços distintivos.
- (C) a lei defere a licitação à discricionariedade do administrador e o rol legal é meramente exemplificativo.
- (D) não há possibilidade de competição, razão pela qual a lei arrola os casos em que a licitação não pode ser realizada.
- (E) a lei equipara, quanto aos efeitos e ao procedimento, a licitação dispensável com a dispensada e com a inexigível.

14) (Analista TRT 24.<sup>a</sup> 2006) Sobre as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, é correto afirmar:

- (A) É dispensável a licitação quando houver inviabilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados no objeto do certame.
- (B) A União discricionariamente decidirá sobre a dispensa de licitação quando pretender vender um imóvel de sua propriedade a uma autarquia federal.
- (C) Para a aquisição de bens necessários ao atendimento de determinada situação emergencial, o Poder Público poderá dispensar o procedimento licitatório.
- (D) Na licitação deserta verifica-se a inviabilidade de competição ante a inabilitação de todos os concorrentes.
- (E) É inexigível a licitação para a contratação de empresa de notória especialização, prestadora de serviços de publicidade, de natureza singular.

15) (Analista TRE BA 2003) O jornal X, alegando ter recebido informações que comprometem a lisura de uma licitação, cuja fase de habilitação dos licitantes está em curso, e invocando o princípio da publicidade, postula do Presidente da Comissão o imediato conhecimento do teor das propostas. O Presidente deve:

- (A) rejeitar o pedido, visto que foi formulado por quem não é parte no certame e não tem legítimo interesse jurídico.
- (B) negar a divulgação, preservando o sigilo do conteúdo das propostas que é igualmente assegurado.
- (C) autorizar a divulgação, desde que de todas as propostas, ante o princípio cogente da publicidade.
- (D) submeter a questão à autoridade responsável pela homologação, única com atribuição para quebrar o sigilo das propostas.
- (E) autorizar a divulgação apenas da proposta ofertada pelo licitante envolvido na denúncia, preservando a imagem dos demais.

16) (Analista TRE PI 2002) Nas licitações, sempre que possível, deve ser atendido o princípio pelo qual a entidade compradora cumpre observar as regras que levam à adoção de um *standard* que, vantajosamente, possa satisfazer às necessidades que estão a seu cargo. Esse princípio é conhecido como da:

- (A) padronização.
- (B) competitividade.
- (C) vinculação ao instrumento convocatório.
- (D) imparcialidade ou impessoalidade.
- (E) fiscalização da licitação por terceiros.

17) (Analista TRF 5.<sup>a</sup> 2003) O prazo que deverá mediar a publicação de aviso de edital de concorrência para compra, em que usado o critério de julgamento de menor preço, e a data do recebimento das propostas deverá ser, no mínimo, de:

- (A) 5 (cinco) dias.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 15 (quinze) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.
- (E) 45 (quarenta e cinco) dias.

18) (Analista TRT 22.<sup>a</sup> 2004) Objetivando a aquisição de determinados bens móveis, o executivo municipal da cidade de Monte Angelino abriu processo licitatório. Nenhum interessado apresentou-se para participar do certame. Analisando o ocorrido, o prefeito constatou que a realização de nova licitação seria prejudicial ao município, em face dos novos e elevados gastos. Em virtude dos fatos narrados:

- (A) a licitação será dispensada em virtude da inviabilidade de competição, podendo os bens móveis serem adquiridos diretamente mediante autorização legislativa.
- (B) o objeto da licitação deserta poderá ser contratado diretamente, desde que justificada a impossibilidade de nova licitação, mantidas todas as condições constantes do instrumento convocatório.
- (C) restará inexigível a licitação, desde que demonstrada a inviabilidade de competição e a aquisição dos bens móveis ainda seja necessária.
- (D) o objeto da licitação fracassada somente poderá ser adquirido no exercício financeiro seguinte.
- (E) a licitação deverá ser suspensa até que o município reúna os recursos necessários para a sua continuação.

19) (Analista TRT 22.<sup>a</sup> 2004) Empresa pública federal abriu licitação com a finalidade de aquisição de refrigeradores, para a qual diversos licitantes previamente cadastrados apresentaram suas propostas. A empresa DD Comércio e Representações Ltda. Apresentou a documentação exigida para seu cadastramento no quinto dia anterior à data do recebimento das propostas, além de ter ofertado o objeto da licitação pelo montante de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais). Por ser de menor preço o tipo da licitação, essa foi a proposta vencedora. Na presente situação, a modalidade de licitação utilizada pela empresa pública federal denomina-se:

- (A) tomada de preços.
- (B) convite.
- (C) concurso.
- (D) concorrência.

(E) leilão.

20) (Analista TRT 23.<sup>a</sup> 2004 – Adaptada) No que se refere às modalidades de licitações, observe:

- I. Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços.
- II. Quando for pertinente a modalidade de tomada de preços destinada à contratação de serviços, a Administração poderá realizar convite.
- III. Quando couber convite ou tomada de preços, a Administração poderá utilizar a concorrência.
- IV. Objetivando a contratação de serviços comuns, quando couber concorrência a Administração poderá valer-se da tomada de preços ou do leilão.
- V. Para a contratação de serviços de natureza comum, a Administração poderá utilizar a tomada de preços mas não a concorrência.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) I, II e V.
- (D) II e III.
- (E) III e V.

Gabarito:

1C    2B    3D    4C    5A    6B    7B    8E    9D    10B    11B    12C  
13A    14C    15B    16A    17D    18B    19A    20B

**Bom, pessoal, espero que tenham gostado. O concurso da Câmara é realmente muito bom, e Brasília é uma cidade ótima para se morar. Desejo a todos muito sucesso e que todos conquistem sua vaguinha!**

**Grande abraço!**

**Luciano Oliveira**